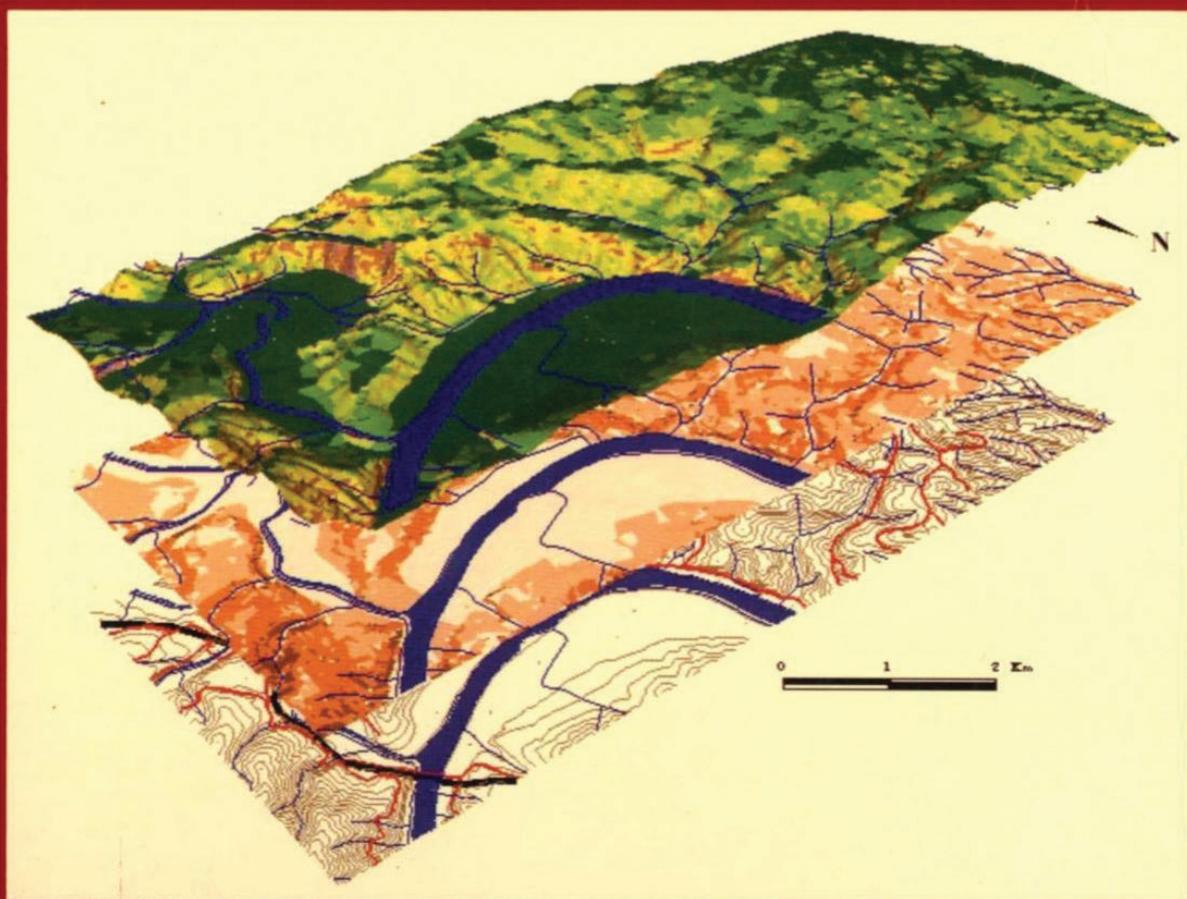


CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS · UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA 2000 N.º 19



DOS SABERES, DAS FINALIDADES, DOS RISCOS E DO DESENVOLVIMENTO*

J. M. Pereira de Oliveira**

Quando no mês de Maio, em situação de franco convívio no âmbito de uma reunião especial organizada pelos três Rotary Clubs de Coimbra, Coimbra - Olivais e Coimbra - Santa Clara, mas destinada a todos os Clubes do chamado Distrito Rotário 1970 de Portugal, no intervalo para almoço, o Comp^o Sousa Fernandes – com a simpática habilidade que todos lhe reconhecemos – de repente, sentado à minha frente na mesa, me convidou para vir hoje aqui falar-vos, fiquei momentaneamente surpreso – devo confessá-lo – sem saber bem que responder-lhe.

Ele ainda falou de – imagine-se – “oração de sapiência”, categoria que logo rejeitei.

Todavia, disse-lhe que sim, que iria assumir, mas não mais faria senão tentar falar, sem pretensões, para todos. Depois, mais tarde, no silêncio solitário do meu gabinete, reflectindo calmamente, acabei por considerar duas possíveis hipóteses: a primeira seria tentar fazer-vos o ponto de situação de qualquer das problemáticas do conjunto de saberes que é imaginável terem sido os das minhas preocupações docentes as quais, como presumo devem saber, acabaram há pouco mais de dois anos; a segunda, seria escolher dentre algumas das minhas preocupações actuais, uma que pudesse, pela sua actualidade – talvez mais correctamente – despertar o interesse de quem tivesse a paciência – para não dizer a coragem – de vir ouvir-me.

Na verdade, foi por esta segunda hipótese que optei e espero agora que me perdoem a desilusão, quiçá, a frustração, que poderei vir a criar-lhes relativamente à expectativa que involuntariamente lhes terão criado.

O que é verdade é que ultimamente - mesmo antes do referido abandono das actividades docentes forçado pela lei - já eu vinha a encaminhar as minhas reflexões no sentido de um esforço epistemológico, isto é, um esforço de análise crítica das preocupações científicas em si mesmas, embora numa perspectiva concernente à sua crescente aplicabilidade. A Epistemologia, de resto, constituindo-se como uma doutrina dos fundamentos e métodos do conhecimento científico, distingue-se mais facilmente

da Lógica e da Psicologia porque visa o valor e o significado da realidade e dos problemas da verdade e da validade.

Mas, porquê? Mas qual a razão desta atitude?

Não há dúvida que o progresso do Saber, o mesmo é dizer, do mais inestimável, mais específico dos patrimónios da Humanidade, se deve essencialmente a duas linhas condutoras de todo o esforço teórico ou de explicação vivido.

Como lapidarmente o exprimiu Camões, uma dessas duas linhas é a que resulta do “saber de experiência feito” que directamente e em imediato existe em todos os animais, embora em graus de diferente profundidade; a segunda é a que provém da capacidade complementar, só própria dos humanos, chamada criatividade inovadora e de crítica da própria racionalidade diferenciadora, particularmente temperada pela vertente de natureza afectiva que sublima e transforma os instintos puramente animais que em todos nós existem.

Naturalmente este considerando é próprio de um longo e irreprimível progresso, tanto material como mental, em contraponto contínuo, feito ao longo dos tempos de escala geológica, numa confrontação irreduzível, marcando estádios e períodos na evolução histórica e civilizacional da Humanidade. O Ramapithecus é possivelmente o mais antigo dos homínidos e os paleontólogos admitem já com alguma segurança técnica que terá vivido há 12 ou 13 milhões de anos. Um recente achado coloca um exemplar de um *Australopithecus* entre os 2,5 a 3,5 milhões de anos e, até ao *Homo sapiens sapiens* dos nossos dias, é todo um longo, e quiçá penoso, caminho.

Encurtando, creio que pode dizer-se sem grande atrevimento, que as guardiãs e as mentoras da evolução dos saberes que ao longo dos tempos se foram caldeando até chegarmos aos nossos dias a um conceito intrinsecamente mais abrangente, mas não menos absorvente, foram as Escolas e particularmente já nos alvares do 2^o milénio, as Universidades, no seu munus de investigação e progresso dos saberes e na vertente não menos importante de os suscitar e os transmitir criticamente. Isto, porém, sem menosprezar as capacidades exteriores às Escolas, nem outorgar privilégios a estas. Pelo contrário, foi-lhes sempre acrescentando sim, as responsabilidades.

* Palestra proferida na Sessão de encerramento do ano escolar da Universidade Livre de Coimbra.

** Centro de Estudos geográficos. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.

Não resisto a ler-vos um pequeno acervo de frases de profundo significado, que se devem a Albert Einstein, recentemente considerado o Homem que mais profundamente marcou o século passado.

Dizem assim:

“Não basta preparar o homem para o domínio de uma especialidade qualquer. Passará a ser então uma espécie de máquina utilizável, mas não uma personalidade perfeita. O que importa é que tenha um sentido atento para o que for digno de esforço, e que for belo e moralmente bom (...)”

Isto quer dizer que o verdadeiro fim de uma aprendizagem especializada não é aceder a uma cultura, que, por definição, com maior ou menor profundidade, é integradora. Uma especialidade, normalmente tende a ser redutora.

Mas continua o sábio físico:

“Estes valores são transmitidos à jovem geração pelo contacto pessoal com os professores, e não – ou pelo menos não primordialmente – pelos livros de ensino. São os professores, antes de mais nada, que desenvolvem e conservam a cultura, (...)”

Quer dizer, o ensino livresco muitas vezes debitado por memória e sem comentários críticos da própria reflexão, sobre a experiência vivida, a experiencição – lá onde ela é possível - e ainda do autodiatismo, só em casos muito raros conduz a uma cultura equilibrada.

E continua:

“A importância dada ao sistema de competição e à especialização precoce, sob pretexto da utilidade imediata, é o que mata o espírito de que depende toda a actividade cultural e até mesmo do próprio florescimento das ciências da especialização. (...)”

É que a Cultura pressupõe uma contínua reflexão que nasce de uma insatisfação pessoal que ela própria suscita e pede.

Enfim:

“O ensino deve ser de modo a fazer sentir aos alunos que aquilo que se lhes ensina é uma dádiva preciosa e não uma amarga obrigação”.

Uma dádiva preciosa – escreveu Einstein - como um património que é uma herança recebida, que devemos acrescentar e repartir pelos outros no sentido mais nobre de uma continuada doação, tal como os Pais devem fazer com os próprios filhos.

Como é óbvio, é preciso dar às sábias palavras de Einstein a latitude da síntese, pois não podem compreender-se perfeitamente fora do seu contexto, das circunstâncias condicionantes ou mesmo fora do espírito da língua em que as pensou e escreveu. Mas sem dúvida serão a síntese perfeita do aviso que eu aqui hoje muito singelamente gostaria de poder dizer-vos sem os maçar.

Com alguma liberdade, intitulei eu as palavras que escrevi e agora vos leio, Dos Saberes, das Finalidades, dos Riscos e do Desenvolvimento.

Antes de mais, tudo quanto se faz durante a nossa vida pressupõe uma finalidade. É um axioma básico, tal como o axioma da não contradição de lógica aristotélica: uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo, ou ainda outro, qualquer coisa terá sempre uma razão ou uma causa, como ensinou o matemático Leibnizt.

É incontornável este facto mas, aparentemente, nem sempre se tem plena consciência disso.

Há finalidades que nem a nós próprios gostamos de confessar. Quer dizer que, se há sempre uma finalidade no que se faz, nem sempre essa finalidade é indiscutível ou aceitável. Todavia, a perspectiva teleológica, isto é das finalidades, é imprescindível para a indispensável compreensão dos factos que registamos. Estes, entretanto, fazem parte de um todo complexo de “actores” – elementos e factores, que normalmente formam redes que se interactivam e das quais ocorrem “espaços” específicos de consequência.

O âmago da questão reside na circunstância de que há no género humano, pelo menos, duas espécies de consciência.

Uma delas é a que nos permite “conhecer” o mundo exterior a nós próprios e o que nele, todos, fazemos.

Ainda que de forma mitigada – introspectivamente - também nos permite conhecer quem somos e o que somos.

A outra “preocupa-se” com uma espécie de “julgamento” do que conhecemos e do que todos fazemos e, também em parte, do que somos.

Quer dizer, situa-nos numa perspectiva de valores e princípios adquiridos e reconhecidos como padrões de civilização que a Humanidade foi vivencialmente preservando, afinando, acrescentando e transmitindo de geração em geração, embora sempre num contexto que Ortega y Gasset sintetizou ao considerar a realidade concreta do Homem, sempre como “el hombre y sus circunstancias”, isto é, a inseparabilidade do Homem dos condicionalismos naturais, temporo-espaciais - e mentais, racionalidade e afectividade.

Se dormimos ou desmaiamos, perdemos a consciência e nada podemos conhecer ou reconhecer durante esse tempo em que dormimos ou desmaiamos; se não “usamos” a outra espécie de consciência dita moral, negamos a possibilidade de “julgar” segundo os valores-padrão tudo aquilo que fazemos ou simplesmente conhecemos.

Ao contrário dos animais não racionais, o Homem é dotado da capacidade desse “instrumento” crítico que não tem carácter biológico, como se fora mais um dos instin-

tos naturais, porque radica na racionalidade ou seja na capacidade – que só o homem tem – de razão.

Por definição, os instintos são amorais e mesmo certas atitudes e modos de viver e conviver entre os irracionais – formas que por vezes classificamos em jeito antropomórfico de “sentimentos” - não passam de puros ditames genéticos.

Ora, se os saberes afinal têm a sua raiz na consciência que adquirimos dos factos a que damos origem ou dos fenómenos que observamos, e que através de um esforço metodológico, tentamos explicar fazendo aumentar o conhecimento que de tudo vamos tendo, esses mecanismos que diríamos ser de teorização, em face da consciência moral que os julga, não são normalmente rejeitados em si mesmos, na perspectiva do “saber pelo saber”, mas podem ser rejeitados ou não, no plano da consciência moral que decorre da análise das suas outras potenciais finalidades.

Entre tantos outros, um exemplo é já hoje clássico.

Para o próprio Einstein, cujas teorias permitiram que outros Colegas conseguissem tecnicamente dominar a capacidade de libertação artificial da energia nuclear, quando se apercebeu do que poderia suceder, quando a sua consciência moral julgou o risco potencial de destruição cega que nascera dos saberes que ele próprio criara, tentou convencer o Presidente dos Estados Unidos a parar o processo e, sobretudo, a não utilizar a primeira bomba atómica.

Truman, no entanto, entendeu que a finalidade primordial era acabar com a guerra mundial em que o seu País estava, com outros, terrivelmente envolvido e não atendeu ao pedido.

A questão reside no problema da natureza das próprias finalidades, sendo certo que – como se disse – não há nada que se faça - no sentido mais amplo que se possa dar ao fazer, ao realizar, ao pensar - sem finalidade e a destrinça entre as diferentes finalidades que se possam reconhecer a qualquer facto e particularmente a qualquer saber, depende sempre do julgamento dos valores em confronto.

Quando Einstein – como acima dissemos – se viu perante os resultados potenciais dos saberes que proporcionou, agiu, não no sentido de negar as teorias que cientificamente lhe deram origem, mas sim reagiu no sentido do imoral aproveitamento a vários níveis que delas poderiam vir a tirar-se e, infelizmente, vieram, inacreditavelmente, a concretizar-se.

Os riscos consequentes à sua utilização, que Einstein previra, acabaram por ter um preço terrivelmente alto para o fim da guerra.

Este exemplo é suficiente para que se possa pensar que, em sim mesmo, nas terríveis consequências do suce-

dido se espera que haja a memória eterna tanto das vítimas que ocasionou quanto das potenciais vítimas de toda a ordem que poderão criar-se por, num momento, num instante de inconsciência de um outro qualquer homem, ou numa qualquer outra circunstância extrema, as páginas da História da Humanidade possam novamente vir a abrir-se para registar semelhante facto, se houver quem reste para que possa vir a escrevê-las.

Mas, se estes exemplos de extremos, são perigosamente alarmantes e dolorosos, a outras escalas e situações menos patéticas, há exemplos não menos perigosos, quicá mais insidiosos.

São tão complexas, tão variadas, as potenciais situações de confronto entre o progresso dos saberes e a consciência moral do seu grau de aplicabilidade, que se impõe considerar com serena mas firme resolução, continuamente, o não menos complexo problema das finalidades desse progresso, sobretudo face aos riscos previsíveis quando o seu móbil for afinal o da sua utilização predefinida.

Claro que é evidente – tal como se afirma no velho ditame latino – que errare humanum est . Mas, se é verdade isto, não menos o é dizer que só o Homem tem livre arbítrio, só ele é dotado de capacidade de raciocínio, só ele pode escolher os passos que dá e, sobretudo, só ele é dotado de consciência moral, só ele pode escolher, criar, sublimar, abandonar ou refazer, os valores-padrão com que pauta a sua capacidade de auto-julgar-se e julgar os seus semelhantes nos seus actos e no próprio pensamento, só ele é um ente de civilização.

Por outro lado cada homem situado em sociedade, tem como contínuo referente uma convivência com os outros, com maior ou menor intimidade, sendo certo que os meios de comunicação alargaram já quase até ao nível do global essa convivência. Quer dizer, todos somos hoje “participantes” passivos ou intervenientes, na globalidade da sociedade dos homens. Opinamos com espantosa facilidade sobre o que se passa no mundo e por todos os lados a avidez de informação é evidente.

Naturalmente, nada disto é anormal. É mesmo muito desejável que o acesso à correcta informação seja não só ampliado como se torne comum a todos.

A diferença reside simplesmente no facto de que o grau de conhecimento que se obtém dessa informação global deve ser ele próprio julgado pela consciência moral de cada um. Em duas palavras, o sentido real do progresso do conhecimento resultante da crescente informação é que ele é directamente proporcional ao grau de consciência da responsabilidade de cada um perante os outros.

Sócrates, filósofo e pedagogo, da Grécia Clássica, através dos escritos de Platão, seu discípulo, legou à

Humanidade alguns dos pensamentos mais profundos sobre o significado e finalidade essencial da vida humana e a forma de vivê-la dignamente.

Autores há que referem dar ele pouca importância à ciência, pois afirmara, a propósito, que só sei que nada sei. Mas, pedagogo profundo e inovador metodológico, era no contacto discursivo dos diálogos que estabeleceria com os seus discípulos, usando normalmente a ironia e por vezes a maiêutica, através de questões que lhes propunha ou exemplos intuitivos, levava-os a pensarem por si próprios, ajudando-os a desenvolver as suas capacidades intelectuais, libertando-os do jugo de uma informação e de saberes que lhes poderiam ser transmitidos, sem que eles próprios os fizessem passar pelos crivos da sua reflexão crítica.

Aqui atrevemo-nos a ver um certo paralelismo no sentido pedagógico do filósofo grego com o do físico alemão.

Poderemos sem dúvida e sem grande arrojio, uni-los sobre a compreensão basilar de todo o esforço que a Humanidade tem vindo paulatinamente a fazer para o seu progresso, isto é, para o seu desenvolvimento integral. De facto o que ambos propugnavam era um ensino-aprendizagem completo, sobretudo no sentido ético, que deveria concretizar-se num todo - personalidade e carácter - onde os saberes fossem adquiridos por cada indivíduo através de uma participação activa e interessada, conduzindo-o a ele próprio a construir a sua distinção individual por uma formação pautada pela consciência moral que haveria de configurar a sua realidade social integrada de cidadão.

Segundo a sua maneira de encarar o conhecimento, dizia que seriam precisas mais escolas do que prisões.

Para finalizar, creio que será agora mais compreensível considerar os dois últimos termos do título que demos a estas desluzidas palavras. Refiro-me a os riscos e o desenvolvimento.

Todo o processo evolutivo da Humanidade, a todos níveis, segundo todos os planos e no âmbito de todas as circunstâncias, foi sempre um quase infinito desafio. Todavia, visto este de forma simplista, o entendimento teve sempre um sentido de desenvolvimento.

Terá sido assim de facto, sempre um desenvolvimento?

Antes demais, importa dizer que a própria palavra em si pode ser enganadora. Confunde-se muito frequentemente – talvez demasiadamente – com crescimento e mesmo crescimento económico. Ora nem a todo o crescimento económico corresponde verdadeiramente um desenvolvimento moralmente aceitável.

Permitam-me que busque apoio no filósofo E. Kant. Escreveu ele no século XVIII: “*Estamos cultivados em alto grau até em excesso, em toda a classe de maneiras e na respeitabilidade sociais. Mas falta ainda muito para nos considerarmos já civilizados*”.

Não está a história cheia de factos atestados como de desenvolvimento mas feito à custa da miséria de muitos?

A própria democracia grega do chamado Século de Péricles conhecido pelo período de maior esplendor e raiz fundamental da civilização ocidental, não se baseava ela na escravatura?

Quantas vezes a história regista desequilíbrios deste tipo?

Na realidade na evolução da Humanidade o grande e contínuo desafio esteve sempre nas regras e nos desvios delas. Fez-se, não em contínuo, mas em sucessivos epiciclos e ciclos de avanço e de recuo.

Com um pouco de paciência, poderíamos juntar aqui exemplos quase infinitos.

As regras são os valores morais, quer revelados, quer elaborados racionalmente pela própria mente dos Homens e as prescrições deontológicas funcionam como um código de conduta. Os desvios são exactamente o não reconhecimento daqueles e a não observância destas.

A mais velha prescrição deontológica que se conhece e ainda hoje é válida – embora se ponha em causa muito do que prescreve – é o célebre Juramento de Hipócrates, que os médicos conhecem e dantes solenemente juravam cumprir.

Mas este contraponto entre a regra e o desvio dela pode alargar-se epistemologicamente a um raciocínio mais abrangente.

Assim, utilizemos o entendimento científico que uma jovem ciência que tem como objecto o estudo dos riscos físicos naturais que por vezes assolam e atingem a Humanidade, tal como as consequências de erupções vulcânicas, de cheias dos rios, de tremores de terra, avalanches, ciclones, tufões, etc., e que veio a chamar-se Cindínica.

Em duas palavras, este novel ramo da Geografia preocupa-se fundamentalmente com as consequências e com as hipóteses de previsão dos perigos ou riscos, até ao nível das catástrofes de origem natural.

Não serão porém, estas últimas – as de pura causa natural – imprevisíveis e mesmo insuspeitáveis, que nos servirão agora para o que interessa referir.

É que no vasto campo de hipóteses desses riscos e até de algumas catástrofes, as causas não são simplesmente físicas, naturais. Por vezes nelas se conjugam interpotenciando-se, outras causas que direi humanas.

Poderíamos dar dezenas de exemplos. Uns, por completa imprevisibilidade das causas; outros por negligência

ou ignorância na previsão; outros ainda, por deliberado escamoteamento de elementos ou factores que, quando declarados, invalidariam as finalidades projectadas ou não.

Não precisamos porém de grandes explicações.

Sabemos que cada vez mais as redes de elementos e de factores se tornam mais amplas e nem sempre têm sido analisadas à luz da sua “reson”, ou seja, da sua racionalidade interactiva.

Basta pensar, por exemplo, no complexo potencial de relacionamento interactivo do crescimento do parque automóvel com o valor do terreno urbano edificável, o custo da habitação (compra e/ou aluguer), o crescendo da rurbanização ou, particularmente, das mais amplas e complexas formas da periurbanização em torno das cidades ditas médias e, finalmente, com os factos demográficos de despovoamento urbano (diminuição ou estagnação do nº de urbanitas) e o crescimento da população fundamental (urbanitas, mais os não urbanitas que trabalham na cidade e alimentam os fluxos e refluxos de deslocação em horas de ponta, entre muitos outros). São muitas as variáveis que integram essas redes e não é menos difícil de apreender a sua racionalidade interactiva.

O comportamento dessas variáveis, umas relativamente a outras é, ainda por cima, não menos complexo e caracteriza-se, em termos de epistemologia cindínica, ou seja do riscos e sequentemente dos perigos que podem ocorrer relacionados com aqueles, um espaço a duas dimensões que são de resto as probabilidades de ocorrência nas suas relações com os graus de gravidade dessas mesmas ocorrências. Dir-se-á que se trata de um espaço mnésico.

Entretanto, de qualquer forma, a construção do conhecimento científico assenta inicialmente num espaço mnésico dessa natureza, composto por elementos e factores conhecidos (os números e as estatísticas: banco de dados, memória/registo do acontecido no decurso temporal) e o resultado da elaboração racional que, com base neles, leva ao um pré-conhecimento, ou seja um espaço epistémico ou dos modelos ou hipóteses.

Evidentemente que isto significa o processo básico do progresso do conhecimento. Mas, na realidade, se o “conhecer por conhecer” é a primeira e iniludível finalidade do próprio saber, outras finalidades podem advir do que foi conhecido ou transformado em conhecimento e entre estas as que resultam do seu grau de aplicabilidade, previsível ou pré-figurada.

Daqui resulta uma noção de hiperespaço do perigo ou cindínico que tem de integrar-se nas redes interactivas, antes demais, como vertente fundamental, além dos dois anteriores, um outro espaço, dito teleológico, ou seja, o conjunto de finalidades que comandam a dinâmica cro-

nológica de transformação da rede de actores associada ao hiperespaço, isto é, as diferentes finalidades potenciais do saber ou a referência relativa entre o conhecimento e o que dele se pode obter, ou melhor, do que nos pode proporcionar, de positivo ou negativo, em termos de consequências.

Este espaço teleológico funciona pois como uma espécie de corredor de ligação necessária entre os dois espaços, o mnésico e o epistémico.(plano gnoseológico) e dois outros que se chamam respectivamente, o espaço axiológico, que recolhe os sistemas de valores e o espaço deontológico, destinado a recolher as regras do jogo da rede, espécie de código de conduta (plano ético).

Naturalmente as razões entre o espaço teleológico e o espaço deontológico confinam o plano político, tal como as razões entre o espaço teleológico e o espaço axiológico definem o plano ecológico ou do equilíbrio.

Que significa tudo isto afinal?

Que a Ciência, como um todo que integrará todos os conhecimentos, é, de facto, amoral em si mesma, quando não ultrapassa o plano gnoseológico, o plano do puro conhecimento.

Todavia, quando é aplicável, só é legítima na perspectiva do plano ético dado que a sua aplicabilidade depende não só do ensinamento gnoseológico e do ou dos processos específicos da sua aplicação, mas não menos do grau de risco que ela pode conter e entre os riscos existem sem dúvida os ditos riscos físico-naturais mas também dos que decorrem da não observância dos valores e dos desvios das prescrições deontológicas.

É um facto que na vida de todos os dias há que tomar decisões.

Nem seria preciso ir mais longe e dizer que, no plano político, nas decisões, nem sempre os espaços teleológicos são realmente os adequados às relações interactivas com os ditames do espaço deontológico.

Mas, importa também acreditar que no passado da Humanidade entre os brilhos e os ocasos da sua História milenária, não faltam exemplos desse respeito fundamental.

Fica-nos a esperança de que o seu devir seja sempre o de uma resultante progressivamente positiva.

Permitam-me que num derradeiro instante volte a parafrasear Einstein e Sócrates:

O que importa é que, mais do que tudo, cada homem se construa a si próprio edificando uma personalidade perfeita e um carácter recto. O que importa é que tenha um sentido atento para o que for digno de esforço, e que for belo e moralmente bom (...)

Coimbra, Julho de 2000